

COMANDO NACIONAL DE GREVE

COMUNICADO Nº 72/2024/CNG/ANDES-SN

Brasília (DF), 11 de junho de 2024.

Às seções sindicais, secretarias regionais e aos Comandos Locais de Greve do ANDES-SN.

Assunto: Análise da Reunião do Governo com a ANDIFES e o CONIF.

Companheira(o)s,

Nesta segunda-feira, 10 de junho, somamos 64 instituições paralisadas, no Comando Nacional de Greve do ANDES-SN. A greve foi construída pela base, com assembleias periódicas que realizam análises de conjuntura, de propostas e tomam a decisão de continuar ou não a greve. É um movimento que resulta dos anseios de uma categoria que vem adoecendo e se endividando por enfrentar anos e anos de precarização de suas condições de trabalho e arrocho salarial dentro de instituições deterioradas. Portanto, não pode ser tratada como "greve de dirigentes". Justamente por isso, o acordo firmado em 27 de maio entre o governo e a cúpula da Proifes não resultou no fim da greve, pois a citada entidade, de acordo com a nota técnica que orientou a decisão do governo na concessão de registro sindical em 6 de junho, representa somente 5 universidades e 1 instituto federal. Nestas, as bases de cinco instituições rejeitaram a proposta do governo.

No dia 10 de junho, em reunião entre o governo e reitore(a)s de universidades e institutos federais, houve a promessa de medidas para reduzir a grave crise orçamentária que afeta as instituições federais de ensino. É preciso sublinhar que as medidas anunciadas resultam da força e do apelo da pauta defendida pelo movimento grevista. Este não é um movimento isolado, mas que conta com a solidariedade do movimento estudantil, de entidades representativas e de parte significativa da sociedade. As intervenções de dirigentes da ANDIFES e do CONIF tiveram importância simbólica e política, ao reconhecerem a justeza

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

fundado em 19 de fevereiro de 1981

da pauta defendida pela educação federal em greve, dirigentes das referidas entidades demonstraram que compartilham preocupações comuns com o movimento grevista.

Apesar do apoio da ANDIFES e do CONIF para a pauta das categorias da educação federal em greve, do forte respaldo na base de universidades, institutos federais e CEFETs em todo país e da nossa solicitação formal para participar da reunião, não foi permitida a participação das entidades na reunião. Ao não convidar os sindicatos representativos de docentes e de técnico(a)-administrativo(a)s da educação federal para o evento que tratava de um tema fundamental de nossa pauta, o governo, mais uma vez, perdeu a oportunidade de demonstrar disposição ao diálogo. Diversamente, durante o evento, ocorreram desrespeitosas manifestações do(a)s representantes do governo federal contra a greve e seus(suas) dirigentes sindicais. Cumpre salientar que o ataque às organizações sindicais não auxilia no avanço do diálogo.

A publicação da outorga de carta sindical para a federação Proifes, na mesma data em que o governo federal apresentou a proposta de recomposição do orçamento das instituições federais de ensino, foi a retribuição pelo termo de acordo assinado à revelia de sua base, e do conjunto de docentes federais do país. É sintomático que no dia em que o governo fez duras críticas à greve que considera dirigida por uma vanguarda isolada, legitima uma federação apartada da categoria, sem representação na base e que atua como braço sindical do governo. A prática lesiva contra docentes federais, em especial aposentadas e aposentados, quando da assinatura de ZERO de recomposição salarial em 2024, foi decisiva para a obtenção da carta sindical para a referida entidade.

Nosso movimento permanece lutando em defesa da educação pública e da valorização de docentes e TAEs, junto a estudantes, que constroem, cotidianamente, as universidades, os institutos federais e os CEFETs. Desde 2023, as entidades da educação federal tentam negociar e dialogar sobre suas pautas protocoladas. Todavia, apenas com a deflagração da greve o governo começou a se movimentar para dar respostas às categorias da educação federal e suas pautas. Na mesa de negociação do dia 15 de maio, o governo apresentou contraproposta com impacto orçamentário no valor de 6,7 bilhões de reais até 2026, avançando em relação à proposta anterior - uma evidente resposta às pressões do movimento paredista. Apesar do gesto, a proposta não atendia nossas demandas, nem mesmo quando não envolvia impacto orçamentário. Em seguida, o CNG do ANDES-SN, considerando os

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

fundado em 19 de fevereiro de 1981

encaminhamentos das assembleias de base, formulou uma nova síntese que demonstrava uma franca disposição de negociação sobre orçamento, salários, carreira e “revogação”, além de questões relativas à aposentadoria.

Em 3 de junho, o movimento grevista, mais uma vez demonstrando sua força, conquistou duas novas datas de reunião. A primeira, no dia 11 de junho, com TAEs e a segunda, no dia 14 de junho, com docentes. Na ocasião, temos a expectativa de receber um retorno com propostas sobre nossa pauta, o que avançaria na busca de um bom termo entre as partes no processo negocial.

Para pressionar por avanços em 14 de junho, é fundamental mantermos nossas bases mobilizadas tanto na organização de caravanas para Brasília, como na realização de atividades em universidades, institutos federais e CEFETs, manifestando a força da nossa greve.

A greve continua! Negocia, governo!

Seguimos na luta!

EDUCAÇÃO FEDERAL EM GREVE

Comando Nacional de Greve do ANDES-SN